



Simulado Especial

TRT RN

Cargo: Analista Judiciário - Área
Judiciária e Oficial de Justiça

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT-RN (Analista Judiciário – Área Judiciária e Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TRT-RN (Analista Judiciário – Área Judiciária e Oficial de Justiça);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TRT-RN-04-11>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E | 25 - A B C D E | 37 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E | 26 - A B C D E | 38 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E | 27 - A B C D E | 39 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 16 - A B C D E | 28 - A B C D E | 40 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 17 - A B C D E | 29 - A B C D E | 41 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 18 - A B C D E | 30 - A B C D E | 42 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 19 - A B C D E | 31 - A B C D E | 43 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 20 - A B C D E | 32 - A B C D E | 44 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 21 - A B C D E | 33 - A B C D E | 45 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 22 - A B C D E | 34 - A B C D E | 46 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 23 - A B C D E | 35 - A B C D E | 47 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 24 - A B C D E | 36 - A B C D E | 48 - A B C D E | 60 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabício Dutra***TEXTO****UMA LUTA QUE É DE TODOS**

Marina foi, no fim de semana, almoçar em um restaurante e lá foi picada por mosquito. Em outro dia, almoçando na própria casa, no terraço, 16º andar, foi picada por mosquito. Da sua família de quatro pessoas, duas já tiveram dengue. Os mosquitos reinam em toda parte.

Muitas pessoas não acreditam nas epidemias. Será esse modo de pensar que faz com que joguem lixo no terreno atrás da própria casa ou usem o próprio quintal para desovar qualquer tranqueira? Na luta contra o mosquito, Oswaldo Cruz retirou 36 carroças de lixo de casas e terrenos! Mas isso foi no século passado. De lá para cá, a cidade só cresceu, e o lixo com ela.

O combate a um mosquito não pode ter início quando ele começa a plantar bebês microcéfalos nas estatísticas do país. Aí já é tarde. Uma guerra que se pretende ganhar teria que ter começado dotando de esgoto as moradias, recolhendo o lixo regularmente, e tornando cada cidadão moralmente consciente da sua importância numa luta que é de todos.

(Marina Colasanti. Disponível em: <http://www.marinacolasanti.com>.

Acesso em: 03.10.2017. Adaptado)

01. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- a) Marina não toma atitudes preventivas para deter o mosquito.
- b) A ação de Oswaldo Cruz foi inútil para a contenção do mosquito.
- c) A atitude das pessoas pode favorecer o surgimento dos mosquitos.
- d) Marina frequenta lugares que deixam água parada.
- e) Fazer a gestão correta do lixo não traz impactos positivos para conter o mosquito.

02. Leia as frases a seguir:

- O computador deve, **portanto**, estar inserido em atividades essenciais.

- A maioria dos profissionais usam a rede mundial de computadores **para** seu planejamento.
- **Quando** os alunos e professores estão distantes, esse recurso se torna indispensável.

Os termos em destaque estabelecem, respectivamente, as seguintes relações de sentido com os demais elementos:

- a) moderação, finalidade, tempo
- b) causa, finalidade, circunstância
- c) conclusão, motivo, tempo
- d) ênfase, finalidade, circunstância
- e) conclusão, finalidade, tempo

03. Assinale a alternativa que contém palavra ou expressão empregada com sentido conotativo.

- a) A insegurança é muito presente no cotidiano de moradores de grandes centros urbanos.
- b) O policiamento garante certa tranquilidade em áreas de lazer da cidade.
- c) Investimentos são necessários para a renovação da segurança pública.
- d) Nas metrópoles, os moradores vivem reféns do medo.
- e) Entre a população mais idosa, uma porcentagem considerável deseja se mudar para lugares com maior segurança e qualidade de vida.

04. Em relação _____ proposta apresentada, o texto reproduziu o que estamos reivindicando _____ anos. O relator se referia _____ todas as condições de trabalho.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) à, há, a
- b) a, a, a
- c) a, à, à
- d) à, há, à
- e) há, a, a

05. A mesma regra para o emprego da vírgula em "O Presidente, que foi eleito democraticamente, será novamente candidato" pode ser observada em

- a) Assim que anoiteceu, todos foram dormir.
- b) Os alunos, muito inteligentes e atentos, foram aprovados.
- c) Os carros, as motos, as bicicletas e as pessoas lotam o centro da cidade.
- d) A chegada da encomenda, quando estávamos em tempos normais, não demorava muito.
- e) Se todos fossem iguais, sobriariam talentos desperdiçados.

06. A frase em que o termo destacado apresenta a regência de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- a) **Assistimos** o espetáculo sem piscar os olhos.
- b) **Obedeça** os seus pais!
- c) **Assiste** aos prejudicados o direito de indenização.
- d) João tinha certeza de que estava **apto** de fazer o trabalho.
- e) Ana **namorava** com o João.

07. Levando-o a um estado mental de paz e caos, a filosofia enobrece o homem, como se tudo que tivesse vivido antes fosse menor que o instante atual. A frase acima conservará seu sentido e sua correção formal no caso de o elemento sublinhado ser substituído por:

- a) Permitindo-lhe chegar em um estado mental de paz e caos.
- b) Embora o leve a um estado mental de paz e caos.
- c) Ainda que o leve a um estado mental de paz e de caos.
- d) Uma vez que o conduz a um estado mental de paz e de caos.
- e) Possibilitando-o alcançar um estado mental de paz e caos

08. Todas essas etapas, _____ para o correto andamento do processo, precisam estar de acordo com as regras _____ pelas autoridades locais, em conformidade com as regras aplicadas a todos os candidatos que _____ na seleção. O que se pode afirmar é que há _____ vagas.

Para que o texto esteja de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e nominal, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) necessárias... passadas...se inscreveu... bastantes
- b) necessárias... passadas... se inscreveram... bastantes
- c) necessário... passadas... se inscreveram... bastantes
- d) necessárias... passadas... se inscreveram... bastante
- e) necessária... passadas... se inscreveu... bastantes

09. Transpondo-se a frase "Um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta um aumento de 90,5% nos casos de depressão entre os brasileiros desde o início da quarentena" para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é apontado
- b) apontam-se
- c) foi apontado
- d) era apontado
- e) tinha sido apontado.

10. A respeito de documentos no padrão ofício, pode-se afirmar que:

- a) O cabeçalho é utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- b) Os documentos oficiais devem ser identificados de maneira completa da seguinte maneira: nome do documento e indicação de numeração.
- c) O vocativo deve ser destacado em negrito e sinalizado com uma vírgula.
- d) O único fecho permitido em mensagem é *respeitosamente*.
- e) No endereçamento a autoridades tratadas por Vossa Excelência no corpo do ofício, a forma será “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”.

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

11. O processo de inclusão deve considerar diferentes formatos e recursos de comunicação que facilitem o acesso à informação das pessoas com deficiência visual. A Resolução CNJ nº 401/2021 considera como forma de interação:

- I. Braille.
 - II Estenotipia.
 - III. Dispositivos multimídia.
 - IV. Mobiliário adaptado.
 - V. Reserva de vaga de estacionamento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) IV e V.
 - b) II e III.
 - c) III, IV e V.
 - d) I, II e III.
 - e) I e II.

12. A respeito dos direitos das pessoas com deficiência e dos conceitos estabelecidos pela legislação de regência, assinale a opção correta.

- a) Entende-se por barreiras urbanísticas aquelas existentes nos edifícios públicos e privados.
- b) Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados, a realizar-se exclusivamente à autoridade policial e ao Ministério Público.
- c) São considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso e a população negra, com deficiência.
- d) É dever da pessoa com deficiência e de sua família comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos seus direitos.
- e) A discriminação em razão da deficiência é toda forma de distinção, restrição ou exclusão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, derivando de uma conduta comissiva, ou omissiva.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

13. Em relação à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário preconizada pela Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

- a) As ações socialmente justas e inclusivas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.
- b) A coleta seletiva solidária é a coleta de resíduos sólidos previamente separados conforme sua constituição ou composição com destinação ambientalmente adequada.
- c) Denomina-se ponto de otimização a quantidade ideal de recursos materiais necessários para execução das atividades desempenhadas por uma unidade de trabalho, sem prejuízo de sua eficiência.
- d) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho e às ações do Plano de Logística Sustentável (PLS) devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez ao ano, e devem compor o relatório de desempenho do PLS.
- e) A unidade de sustentabilidade, de caráter transitório, assessora o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021.

14. Em relação à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário preconizada pela Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

- a) A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) deve propor a revisão do plano, que será promovida pela unidade de sustentabilidade com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 anos.

b) Nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores no quadro de pessoal, deve ser observada a lotação mínima na unidade de sustentabilidade de dois servidores.

c) São competências da Comissão Gestora, entre outras, elaborar o PLS em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS.

d) As ações de sustentabilidade são parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.

e) Deliberar sobre os indicadores e metas do PLS é uma competência das unidades de sustentabilidade.

NOÇÕES DE GOOGLE WORKSPACE

Emanuelle Gouveia

15. Sobre o Google Meet responda:

- a) Permite apenas a criação de reuniões instantâneas
- b) Limita a quantidade de participantes a 25 por reunião
- c) Permite agendar uma reunião na Google Agenda integrada
- d) Todos os participantes sempre podem usar o microfone
- e) Não há a possibilidade de estabelecer um usuário como moderador.

16. Nas letras abaixo temos várias funcionalidades executadas pela Agenda do Google, exceto:

- a) Adicionar notificações a eventos
- b) Criar eventos com múltiplos participantes
- c) Criar páginas compartilháveis em que as pessoas podem agendar horários com você.
- d) Realizar upload de arquivos na nuvem.
- e) Exibe datas comemorativas e feriados nacionais marcados.

17. Sobre o Google Drive

- a) Possibilita a criação de documentos e planilhas e o compartilhamento dos arquivos na nuvem.
- b) Permite o compartilhamento de arquivos com usuários que não tenham uma conta no Google.
- c) Depois que um arquivo é inserido no drive as suas condições de compartilhamento não podem mais ser alteradas
- d) Todos os arquivos são inseridos sempre em uma pasta única para facilitar o gerenciamento da plataforma.
- e) Excelente ferramenta para realizar downloads de filmes e séries.

**CÓDIGO DE ÉTICA E REGIMENTO INTERNO
TRT 21***Tiago Zanolla*

18. Em uma reunião no Tribunal Regional do Trabalho, os servidores Rafaela e João discutiam sobre a composição das Turmas. Rafaela afirmou que as Turmas são compostas por 5 Desembargadores, enquanto João insistia que eram 4 Desembargadores. Além disso, João acrescentou que o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal não compõem as Turmas. De acordo com o Regimento Interno do TRT-RN, quem está correto?

- a) Ambos estão errados.
- b) Apenas Rafaela está correta.
- c) Apenas João está correto.
- d) Ambos estão corretos, pois as Turmas podem ser compostas por 4 ou 5 Desembargadores.
- e) As Turmas são compostas por 3 Desembargadores.

19. No Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, a servidora Mariana estava elaborando um material informativo sobre o Tribunal para ser distribuído em uma feira de carreiras. Ela mencionou alguns órgãos, mas Pedro, ao revisar o material, identificou um erro e sugeriu a correção, pedindo a inclusão da Escola Judicial. De acordo com o Regimento Interno do TRT-RN, Pedro estava correto em sua sugestão?

- a) Sim, pois a Escola Judicial é um dos órgãos do Tribunal.
- b) Não, pois a Escola Judicial não é um órgão do Tribunal.
- c) Não, pois a Escola Judicial é apenas um departamento dentro do Tribunal.
- d) Sim, mas apenas se a Escola Judicial estiver ativa.
- e) Não, pois a Escola Judicial é um órgão auxiliar e não principal do Tribunal.

20. Durante uma reunião de capacitação para os novos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, o servidor Carlos mencionou que a Comissão de Ética é formada por cinco membros, todos designados pela Presidência. A servidora Rita, que já trabalhou na Comissão anteriormente, discordou, afirmando que a Comissão é composta por três membros. De acordo com Código de Ética do TRT-RN, quem está correto?

- a) Carlos, pois a Comissão tem cinco membros.
- b) Rita, pois a Comissão é composta por três membros e respectivos suplentes.
- c) Ambos estão corretos, pois a Comissão tem três membros titulares e dois suplentes.
- d) Ambos estão errados, pois a Comissão tem quatro membros.
- e) Rita, pois a Comissão tem três membros e um suplente.

**DIREITO ADMINISTRATIVO E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Thállius Moraes

21. Conforme regras estabelecidas pela Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas federais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A posse do servidor público ocorre com a assinatura do respectivo termo, no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento.
- b) A reversão consiste na forma de provimento que permite ao servidor aposentado retornar à atividade, desde que não tenha completado setenta anos e que haja cargo vago.
- c) Quando um ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias ou de demissão, é incabível a sua apuração por meio de sindicância, de forma que será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- d) Considera-se servidor público a pessoa legalmente investida em cargo público, cujo provimento será em caráter efetivo ou em comissão.
- e) A remuneração do servidor efetivo é composta pelo do vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

22. No que se refere à concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a administração pública transfere, por meio de contrato ou ato administrativo, a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mantendo a titularidade do serviço, ocorre a descentralização por outorga legal.
- b) Uma diferença entre os institutos da desconcentração e da descentralização é que, no primeiro, ocorre uma ruptura do vínculo

hierárquico, enquanto, no segundo, o vínculo permanece.

- c) Ocorre a descentralização quando há distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- d) A concentração é a técnica administrativa utilizada pela Administração Pública para extinção de seus órgãos, com o retorno da atividade para o centro de competências.
- e) A desconcentração material é aquela em que as competências são divididas delimitando as regiões onde cada órgão pode atuar.

23. Levando em consideração as disposições atinentes aos poderes da administração, analise os próximos itens.

- I – Quando o agente busca alcançar um fim diverso daquele que a lei lhe permitiu ocorre abuso de poder, na modalidade excesso de poder.
- II - Em relação ao poder de polícia, é possível que atos relativos à aplicação de penalidades possam ser delegados às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- III – A Administração pública, ao editar atos normativos, com o intuito de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados atua no exercício do poder hierárquico.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

- 24.** A Lei 9.784/99 estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.
- a) É admissível a delegação de competência para proferir decisão de recurso administrativo a outros órgãos ou autoridades, ainda que estes não sejam hierarquicamente subordinados à autoridade delegante.
 - b) Quando não houver competência legal específica definida, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
 - c) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e serão consideradas editadas pela autoridade delegante.
 - d) É impedido de atuar no processo administrativo a autoridade que seja amigo íntimo de um dos interessados no processo.
 - e) Um terceiro, que não tenha sido quem iniciou um determinado processo administrativo, não pode ser legitimado como interessado nesse processo.
- 25.** Considerando as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa que corresponde a um ato de improbidade que importa em prejuízo ao erário.
- a) Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer do órgão em que está lotado.
 - b) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar ou de narcotráfico.
 - c) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.
 - d) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
 - e) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- 26.** Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de
- a) realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
 - b) realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
 - c) inexigibilidade de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
 - d) inexigibilidade ou dispensa de licitação.
 - e) licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

- 27.** Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição, assinale a alternativa correta.
- a) É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato.
 - b) O princípio da razoável duração do processo não se aplica aos processos administrativos.
 - c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - d) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, também conhecida como liberdade de expressão é absoluta e incondicionada.
 - e) A criação de associações e a de cooperativas dependem de autorização prévia do poder público.

- 28.** Simão e seus primos Silas, Moisés e Diego pretendem trabalhar na empresa W objetivando juntar recursos financeiros para uma viagem internacional quando completarem 15 anos de idade. Considerando que Simão possui quatorze anos e dois meses de idade, Silas possui treze anos, Moisés doze anos e Diego quatorze anos e seis meses de idade, de acordo com a Constituição Federal,
- a) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
 - b) todos podem exercer o trabalho, mas Silas e Moisés só podem exercer na condição de aprendiz.
 - c) somente Simão e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
 - d) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém Silas só pode exercer na condição de aprendiz.
 - e) todos podem exercer o trabalho, mas Moisés só pode exercer na condição de aprendiz.
- 29.** O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, exerce, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de:
- a) primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.
 - b) segundo grau, cujas decisões terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Tribunal Superior do Trabalho.
 - c) segundo grau, cujas decisões não terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Tribunal Superior do Trabalho.
 - d) primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
 - e) segundo grau, cujas decisões terão efeito vinculante, sendo que a supervisão de primeiro grau compete ao Supremo Tribunal Federal.
- 30.** No tocante ao Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal:
- a) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, sendo vedado à lei limitar a presença, em determinados atos, às partes e a seus advogados.
 - b) o Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente, na fase de consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual, o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, desde que esse tenha sido elaborado e enviado com observância de limites, forma e prazo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - c) ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
 - d) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em quaisquer juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
 - e) ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias.

31. Servidores públicos ocupantes de cargos efetivos em órgão legislativo de determinado Estado, reunidos em praça pública para se manifestarem contra a falta de ética na política, deliberaram constituir um sindicato, bem como promover uma paralisação de suas atividades, tão logo organizados em associação sindical. Nos termos da Constituição Federal, referidos servidores públicos:

- a) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, mas estão autorizados a constituir sindicato e a realizar greve.
- b) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, nem estão autorizados a constituir sindicato, mas sim a realizar greve.
- c) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- d) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização ou aviso prévio à autoridade competente, desde que pacífica, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- e) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, assim como estão autorizados a constituir sindicato e, observados os termos e limites definidos em lei, a realizar greve.

32. Ao disciplinar a organização político-administrativa da federação brasileira, a Constituição Federal estabelece que legislar sobre propaganda comercial é:

- a) uma competência comum entre União, Estados, DF e Municípios.
- b) uma competência exclusiva da União.
- c) uma competência concorrente entre União, Estado e DF.
- d) uma competência privativa da União.
- e) uma competência de interesse local a cargo do Município.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

33. Considerando as regras celetistas e entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono pecuniário serão efetuados até 10 dias úteis antes do início do respectivo período.
- b) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono pecuniário serão efetuados até 10 dias antes do início do respectivo período.
- c) A remuneração das férias será devida em dobro no caso de o empregador desrespeitar o prazo legal para seu adiantamento.
- d) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época do ajuizamento da reclamação trabalhista ou, se for o caso, na data da extinção do contrato.
- e) Empregado que possui 6 faltas injustificadas durante o período aquisitivo faz jus a 30 dias corridos de férias.

34. Em relação ao controle de jornada, julgue as assertivas abaixo:

- I. Para estabelecimentos com mais de dez trabalhadores, é obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico.
- II. É permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- III. Se o trabalho for executado fora do estabelecimento, o horário dos empregados constará do registro manual, mecânico ou eletrônico em seu poder, sem prejuízo da anotação do horário de trabalho em registro dos empregados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

35. Julgue as afirmativas a seguir quanto aos atuais parâmetros do trabalho da mulher:

- I. Não é obrigatória a concessão de descanso de 15 minutos antes do início da jornada extraordinária.
- II. As empregadas adotantes não possuem direito à estabilidade provisória no emprego.
- III. É vedada a exigência de teste comprovando estado de gravidez como condição para admissão, embora seja permitida sua exigência para permanência no emprego.
- IV. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres, em qualquer grau, durante a lactação ou gestação.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

36. Analise os itens abaixo:

- I. O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- II. As horas extras laboradas em período noturno deverão ser remuneradas cumulativamente com o adicional noturno à razão de 20% e com o adicional de horas extras à razão de, pelo menos, 50%.
- III. Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte para os empregados urbanos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhum dos itens.

37. Analise as afirmativas abaixo no tocante ao fim do vínculo empregatício:

- I. Se houver a adesão de empregado a Plano de Demissão Incentivada, é válida a quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, desde que o Plano tenha sido aprovado por negociação coletiva trabalhista.
- II. O pagamento rescisório a que fizer jus o empregado poderá sempre ser efetuado em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado.
- III. A cessação da atividade da empresa exclui o direito do empregado ao aviso prévio, na medida em que não houve iniciativa patronal para extinção do vínculo.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

38. Analise as assertivas a seguir quanto às hipóteses de estabilidade e garantias provisórias de emprego:

- I. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, seja titular ou suplente, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- II. Os empregados de empresas que tenham sido eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas são destinatários da estabilidade provisória no emprego, com exatamente a mesma proteção assegurada aos dirigentes sindicais.
- III. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de cinco meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.
- IV. A jurisprudência do TST estende às empregadas contratadas sob regime temporário (Lei 6.019/1974) a estabilidade prevista no artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Não respondida.

39. A Convenção Coletiva de Trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- b) valor dos recolhimentos perante o FGTS.
- c) salário mínimo.
- d) adesão ao Programa Seguro-Emprego.
- e) seguro-desemprego.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippel*

40. Quanto aos honorários advocatícios no processo do trabalho, é correto afirmar:

- a) São requisitos para a condenação ao pagamento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho: estar a parte assistida por sindicato da categoria profissional, comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário-mínimo e comprovar não encontrar-se em situação econômica que lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- b) É incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória.
- c) São devidos honorários advocatícios nas lides que não derivem da relação de emprego.
- d) São devidos honorários advocatícios sempre que a parte estiver assistida por sindicato da categoria profissional, exceto nas causas em que o sindicato atue como substituto processual.
- e) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15%, não decorre simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

41. Em relação aos prazos no processo do trabalho, é entendimento jurisprudencial dominante:

- a) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) Os prazos que se vencerem em sábado ou domingo, terminarão na segunda-feira seguinte.
- c) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará na segunda-feira imediata, e a contagem, na terça-feira.
- d) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.
- e) Não se aplica o prazo em dobro para a interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.

42. Quanto à forma de reclamação e a notificação no dissídio individual trabalhista pelo rito ordinário, conforme previsões contidas na CLT e em súmulas da jurisprudência uniformizada do TST é correto afirmar:

- a) Recebida e protocolada a reclamação, dentro de 5 dias será notificado o reclamado para comparecer em audiência que será a primeira desimpedida, depois de 48 horas.
- b) Não é possível a acumulação num só processo de várias reclamações, ainda que se trate de empregados da mesma empresa, sem a participação da entidade sindical.
- c) Diante da complexidade das matérias que podem ser discutidas no processo trabalhista, com o advento das novas competências, como por exemplo, as indenizações por danos morais e por acidente do trabalho e as responsabilidades relativas à terceirização de mão de obra, não mais se admite a reclamação trabalhista verbal.
- d) Ao receber a petição inicial, a Secretaria da Vara, conforme expressa previsão legal, deve enviar os autos imediatamente ao juiz para realização do juízo de admissibilidade.
- e) Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

43. Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

44. Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.

c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.

d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.

e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

45. O ônus da prova pode ser assim problematizado: quem deve provar? Em princípio, as partes têm o ônus de provar os fatos jurídicos narrados na petição inicial ou na peça de resistência, bem como os que se sucederem no envolver da relação processual. Quanto às provas no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

a) Qualquer que seja o procedimento, não é permitida a arguição dos peritos compromissados ou dos técnicos, uma vez que o laudo que apresentam já é suficiente como prova.

b) As testemunhas devem, necessariamente, ser previamente intimadas para depor.

c) Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

d) Cada uma das partes, no procedimento ordinário e também quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, não poderá indicar mais de 3 testemunhas.

e) A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, prestará compromisso, mas o seu depoimento valerá como simples informação.

46. A sentença é um dos atos processuais praticados pelo juiz, por meio do qual entrega às partes a tutela jurisdicional. Uma vez não sujeita a recurso, opera-se a denominada coisa julgada. Com relação à sentença e à coisa julgada, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) As decisões cognitivas ou homologatórias não precisam indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, nem mesmo o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.
- b) Existindo na decisão evidentes erros ou equívocos de escrita, de datilografia ou de cálculo, não poderão os mesmos, em nenhuma hipótese, ser corrigidos.
- c) No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- d) O acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a execução da mesma prejudicará os créditos da União.
- e) Na decisão não será necessário mencionar as custas que devam ser pagas pela parte vencida, uma vez que se tratam de taxas automaticamente impostas pelo Poder Judiciário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

47. Sobre os princípios gerais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz pode dar início e impulso oficial aos processos, ressalvadas as exceções legais.
- b) os advogados têm o dever de, na medida do possível, promover a solução consensual dos conflitos.
- c) as testemunhas colaboram com o juízo sem compromisso de cumprir com a boa-fé.

- d) em nenhum caso pode ser proferida decisão contra uma parte sem que ela tenha sido ouvida previamente.
- e) o juiz não deve zelar pelo efetivo contraditório, cumprindo às partes se manterem atentas quanto ao andamento processual.

48. Assinale a alternativa correta sobre a competência nos processos cíveis:

- a) se a União intervier em processo de falência, o processo deverá ser remetido para a Justiça Federal.
- b) a ação que diga respeito a direito real sobre bens móveis deve ser proposta no foro de situação da coisa.
- c) o foro do domicílio dos herdeiros é competente para conhecer de ações relativas à herança.
- d) o foro do domicílio do alimentante é competente para conhecer de ações que pedem alimentos.
- e) as ações sobre reparação de danos podem ser propostas no domicílio do autor ou do local do fato.

49. Os condomínios são representados em juízo:

- a) por seus procuradores.
- b) pelo inventariante.
- c) pelo administrador ou síndico.
- d) pelo administrador judicial.
- e) pelo curador.

50. Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito, é correto afirmar que:

- a) é cabível no caso de inépcia da inicial.
- b) ocorre apenas quando o réu se mantiver revel.
- c) a obrigação reconhecida será sempre ilíquida.
- d) é impugnável por agravo interno.
- e) o título gerado pode ser objeto de cumprimento definitivo antes do término do processo original.

51. A respeito da sentença e seus efeitos, podemos afirmar que:

- a) há situações em que o juiz pode corrigir de ofício a sentença após a publicação.
- b) a hipoteca judiciária só poderá ser constituída quando não for possível o cumprimento provisório de sentença.
- c) decisão que resolve relação jurídica condicional não precisa ser certa.
- d) decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados não pode ser considerada fundamentada.
- e) é dispensado o relatório da decisão quando as partes convencionarem nesse sentido.

52. A decisão concessiva de mandado de segurança de competência originária de Tribunal poderá ser impugnada por meio de:

- a) mandado de segurança sucessivo.
- b) reclamação.
- c) recurso ordinário constitucional.
- d) recurso especial ou extraordinário.
- e) apelação.

53. Samanta é advogada de um processo que tramita no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Após julgamento pelo órgão colegiado desfavorável ao seu cliente, Samanta interpôs recurso extraordinário em face da decisão. O recurso foi inadmitido por um dos Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça sob o entendimento de que seria necessário o exame da legislação infraconstitucional para o julgamento. Samanta, para defender o interesse do seu cliente, deverá interpor o seguinte recurso, desconsiderados os embargos de declaração:

- a) agravo interno.
- b) agravo de instrumento.
- c) agravo em recurso extraordinário.
- d) reclamação.
- e) embargos de divergência.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

54. Com relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de decadência para propor ação anulatória em decorrência de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores é de 4 anos, a contar da realização do negócio jurídico.
- b) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
- c) O dolo do representante convencional só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.
- d) Ao apreciar a coação, o juiz deve levar em conta o grau do temor causado ao homem médio.
- e) Para que se configure a lesão, é imprescindível o dolo de aproveitamento da parte favorecida.

55. Com relação à prescrição, assinale a alternativa correta.

- a) A renúncia à prescrição só valerá sendo feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se em caso de morte, reiniciando-se o curso contra seus sucessores.
- c) Não corre prescrição contra os absoluta e relativamente incapazes.
- d) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- e) Prescreve em 5 anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

56. Com relação aos vícios redibitórios e à evicção, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A proteção legal contra vícios redibitórios não se aplica às doações onerosas.
- b) O adquirente de coisa afetada por vícios redibitórios pode enjeitá-la, redibindo o contrato, ou reclamar que se proceda ao seu reparo.
- c) O adquirente em regra decai do direito de obter a redibição no prazo de 30 dias, se a coisa for móvel, contado da ciência do vício redibitório.
- d) As partes não podem, por cláusula contratual, excluir a responsabilidade pela evicção.
- e) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.

57. (Questão anulada) Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) São responsáveis objetivamente pela reparação civil os donos de hotéis, pelos atos praticados pelo seu hóspede, independentemente da culpa do hóspede pelos danos que vier a causar a terceiros.
- b) O proprietário do apartamento alugado responde solidariamente com o locatário pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- c) Simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
- d) A obrigação de prestar a reparação civil não se transmite com a herança.
- e) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, perderá o direito à indenização.

58. (Questão anulada) Com relação ao direito real de laje, assinale a alternativa correta.

- a) Não se admite a constituição de direito real laje sobre a superfície inferior da construção-base.
- b) O proprietário da construção-base responde subsidiariamente pelos tributos que incidirem sobre a laje.
- c) A instituição do direito real de laje não implica a atribuição de fração ideal do terreno ao titular da laje.
- d) Em caso de lajes sucessivas, o titular da laje mais elevada pode ceder a superfície de sua construção para instituir um sucessivo direito real de laje, bastando para tanto a autorização dos titulares das demais lajes.
- e) A ruína da construção-base não implica a extinção automática do direito real de laje, que pode ser revivido a qualquer tempo.

59. (Questão anulada) Com relação à união estável e ao concubinato, assinale a alternativa correta.

- a) A preexistência de união estável de um dos conviventes não impede o reconhecimento de um novo vínculo de união estável referente ao mesmo período, em virtude da consagração da tese da possibilidade de duas uniões estáveis simultâneas pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) O prazo mínimo de duração do relacionamento para efeito de reconhecimento de união estável é de dois anos.
- c) Não se admite a união estável de pessoa casada, ainda que separada de fato ou judicialmente.
- d) Para alterar o regime de bens da união estável, faz-se necessária a formalização da mudança por escritura pública.
- e) Dois irmãos consanguíneos podem conviver em união concubinária.

60. Com relação à sucessão legítima, assinale a alternativa correta.
- a) Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.
 - b) A sucessão dos descendentes em grau mais próximo não exclui o grau mais remoto.
 - c) Na falta dos ascendentes, são chamados à sucessão os descendentes.
 - d) Na concorrência sucessória entre o cônjuge casado por separação total de bens e o irmão do falecido, a herança será atribuída ao irmão, assegurado o direito de meação ao cônjuge.
 - e) Concorrendo à herança do falecido irmãos unilaterais com irmãos bilaterais, todos herdarão em partes iguais.
-

Discursiva

O problema do modelo econômico tradicional é o fato de não considerar o meio ambiente, baseando-se apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores.

De fato, a única porta de saída para a crise ambiental é a economia, que deve ser rediscutida e redesenhada no intuito de levar em consideração o meio ambiente e suas complexas relações. A despeito de uma ou outra análise pontual, o fato é que por muito tempo a economia ignorou a ecologia, como se esta não fosse o pano de fundo daquela. Um bom exemplo disso é o Produto Interno Bruto (PIB), que, além de ignorar a dimensão ambiental, pode considerar a degradação como algo positivo.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O mesmo ocorre com a Lei 6.938/81, que dispõe no inciso I do artigo 4º que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

É um reconhecimento de que não se pode tratar a problemática econômica sem lidar com a questão ambiental, pois, se o Estado tem a obrigação de promover o desenvolvimento, esse desenvolvimento tem a obrigação de ser ecologicamente correto.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/08/25/desenvolvimento-economico-x-crise-ambiental-a-superacao-da-dicotomia-entrevista-com-sergio-besserman-vianna/>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando o caráter meramente motivador do fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda ao seguinte questionamento: **é possível aliar crescimento econômico e preservação ambiental?**

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
